



## SABERES E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS

## KNOWLEDGE AND PRACTICE IN EDUCATION OF PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENTS

DOI: 10.5281/zenodo.11049168

*Marcia Iris Barbosa<sup>1</sup>*

*Margarete Fidelis Vicente<sup>2</sup>*

*Verônica Rodrigues Tomaz<sup>3</sup>*

### RESUMO

A pesquisa visa a analisar saberes e prática na educação de pessoas com deficiências visuais. No contexto brasileiro, busca-se extinguir desigualdades sociais, marginalização e exclusão e a escola como instituição socializadora, tem papel fundamental, pois a educação de crianças e jovens está entre suas funções, independente de condição social ou deficiência. Em busca de equidade social e inclusão, a legislação brasileira, em consonância com estados e municípios, aponta caminhos que permitem que o processo de inclusão educacional garanta os direitos e seja cumprido o princípio global da educação plena para todos. O estudo apresentado foi construído pela análise documental, com apoio de métodos do nível teórico analítico-sintético, indutivo-dedutivo e histórico-lógico, que permitiram reconhecer como no Brasil é atendida a educação inclusiva para pessoas com deficiências visuais em escolas públicas. Como conclusão, foi comprovado que apesar da quantidade de resoluções sobre a educação no Brasil, a educação inclusiva não é suficientemente contemplada nelas, o processo carece de ferramenta prática na educação, quando se trata das pessoas com deficiências visuais.

**Palavras-chave:** Inclusão; Escola Inclusiva; Deficiências visuais; Prática.

### ABSTRACT

The research aims to analyze knowledge and practice in the education of people with visual impairment. In the Brazilian context, we seek to extinguish social inequalities, marginalization and exclusion, and the school, as a socializing institution, has a fundamental role, because the education of children and young people is among its functions, regardless of social condition or disability. In search

1 Mestranda pela Universidade Federal de Rondônia (Unir) - Rolim de Moura - RO

2 Licenciada em Pedagogia. Professora vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC) - Cacoal - RO

3 Graduada em Psicologia. Faculdade de Rolim de Moura (FAROL) - Rolim de Moura - RO



of social equity and inclusion, the Brazilian legislation, in consonance with states and municipalities, points out ways that allow the process of educational inclusion to guarantee rights and to fulfill the global principle of full education for all. The study presented was built by document analysis, with support from methods of the analytical-synthetic, inductive-deductive and historical-logical theoretical level, which allowed us to recognize how in Brazil inclusive education for people with visual impairment is provided in public schools. As a conclusion, it was proved that despite the amount of resolutions on education in Brazil, inclusive education is not sufficiently contemplated in them, the process lacks practical tools in education, when it comes to people with visual impairments.

**Keywords:** Inclusion; Inclusive School; Visual impairments; Practice.

## INTRODUÇÃO

A inclusão é um conjunto de processos e ações que visam a eliminar ou minimizar as barreiras enfrentadas na aprendizagem e na participação. O instrutor deve aplicar esse conceito em sala de aula e na escola. A sala de aula é um espaço de comunicação, relacionamento e troca de experiências entre alunos e docentes, e nele todos os participantes se beneficiam da diversidade de ideias, gostos, interesses, habilidades e necessidades de todos os alunos, bem como da variedade de experiências de aprendizagem que o instrutor usa para promover a autonomia e a criação de relações afetivas que favoreçam um ambiente de trabalho estimulante.

Se o formador imprime diversificação e dinamismo em sua prática educativa com vistas a responder às necessidades escolares e encontrar os níveis de satisfação adequados, então a sua prática pode ser qualificada como inclusiva. A gestão de novas técnicas e procedimentos de ensino, o uso de variedade de materiais, a organização de diferentes dinâmicas de trabalho, a escolha dos espaços de aprendizagem e a adequação do programa de trabalho contribuem para o enriquecimento do grupo escolar, incluindo os alunos com deficiência.

Neste sentido, o Brasil tem como lema universal a expressão “Ordem e Progresso”, como é mostrado na Bandeira Nacional, e nessa aspiração, a busca da igualdade e da justiça



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

social tem sempre caracterizado a nação, daí a intenção de oferecer às pessoas com quaisquer tipos de deficiência condições de que sejam realmente incluídas na sociedade. Nos últimos anos, as atenções têm sido voltadas ao tema da inclusão social, sobre o qual muitos cientistas investigam e buscam as formas de conseguir a igualdade plena das pessoas com necessidades, de modo que sejam tratadas como todas as pessoas na sociedade e nesse sentido a legislação tem exercido um papel fundamental (Reily, 2009).

A inclusão social no Brasil tem como antecedente legislativo a Constituição da República Federativa de 1988, que levou ao aumento do número de estudos voltados para essa área (Aguiar; Duarte, 2005) e que, segundo esse autor, começaram a ocorrer na educação formal e logo foram sistematizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Como forma de inclusão social, a inclusão educacional é considerada por muitos investigadores como o acesso à educação plena de todos os membros da sociedade, sem distinção nenhuma, juntos em uma mesma escola ou contexto social, com a garantia dos mesmos deveres e direitos sociais.

De acordo com Oliveira e Poker (2002), o paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, uma educação apropriada e de qualidade, dada conjuntamente para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade com as necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente. Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem socioeconômica, étnica ou cultural (Aguiar; Duarte, 2005).

Nos referenciais sobre a legislação brasileira que trata da educação inclusiva, o trabalho dos autores Santos e Brocanelli (2014), desenvolvido a partir de uma visão das políticas adotadas, apresenta um referencial muito exato de como tem evoluído o assunto em relação à necessidade de dar sustento legal ao acionar a sociedade e, dentro dela, a escola, enquanto espaço adequado para salvaguardar a atenção a pessoas com deficiências.



Por consequente, na educação é imprescindível encontrar estratégias pedagógicas e didáticas que motivem os alunos a aprenderem por si próprios e que, a partir da orientação do professor, seus conhecimentos sejam significativamente construídos e deles sejam participantes. Por este motivo, a utilização de recursos didáticos adaptados às necessidades educacionais de cada aluno é de vital importância para que, com a sua exploração e manipulação, o conhecimento seja construído de forma real e tangível.

Nesse sentido, pela importância que tem o conhecimento da evolução do processo de inclusão educacional, a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar saberes e práticas aplicadas na educação de pessoas com deficiências visuais no contexto brasileiro, a favor da justiça social e da igualdade de direitos de toda a sociedade.

Em sua estrutura, o trabalho conta com a introdução; o referencial teórico, que aborda os principais conceitos sobre saberes e prática na educação de pessoas com deficiências visuais no contexto brasileiro, a inclusão e a educação inclusiva que servem para compreender o processo e as diferentes interpretações para se considerar uma pessoa incluída, além de outra seção, em que é apresentada a deficiência visual e a educação inclusiva na escola brasileira; percurso metodológico; análises e resultados; conclusões; e referências.

## **Prática na educação de pessoas com deficiências visuais e seus desafios**

Garantir sistemas de educação inclusivos em todos os níveis, bem como ao longo da vida, é um compromisso dos Estados que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU), que em 2006 assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nesse documento está registrada a forma pela qual cada país deve garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso geral à educação do ensino fundamental e médio, ensino superior, formação profissional, educação para adultos e aprendizagem ao longo da vida sem discriminação e em igualdade de condições com todas as pessoas. Tal direito implica em, também, garantir que os materiais educativos utilizados pelos professores na educação sejam acessíveis, isto é, compreensíveis, utilizáveis e praticáveis por qualquer estudante que



tenha o conhecimento prévio necessário para se fazer parte de um desenvolvimento educacional e que não sejam uma barreira para aqueles que tenham algum tipo de deficiência possam concluir seu processo de formação (Cerqueira; Ferreira, 2000).

Os avanços científicos e tecnológicos penetraram em todas as atividades humanas e ações que caracterizam práticas e conhecimentos utilizados pelos professores para alcançarem a inclusão de seus alunos com deficiência, por sua vez, estão mudando a maneira como as pessoas pensam e agem. Na cultura geral, saúde, educação, enfim, até nas formas de racionamento estão presentes e, sem dúvida, tudo está mudando e se voltando para uma nova civilização, em que cada processo é mediado por algum tipo de tecnologia.

A educação, com seu mandato social de formar novas gerações, de acordo com Díaz e Alemán (2008), tem a função de preservar, promover e consolidar padrões de comportamento, ideias e valores socialmente aceitos, criando nesse processo uma qualidade superior, traduzida em novos valores para a interpretação das novas realidades que cada geração constrói. Para cumprir suas funções sociais, as categorias qualidade e relevância serão fundamentais na busca pela construção de um novo cenário educacional em qualquer sociedade.

Sob a perspectiva dos papéis na educação, Contrera (2004) apresentou uma abordagem do papel social da escola junto aos interesses globais. Afirmou que os conceitos de indivíduo e cidadão são ideias essenciais para compreender a função social e que o papel da educação se sustenta nas relações interpessoais que facilitam a transmissão da aprendizagem social em que se desenvolve a convivência em sociedade.

A mesma autora ainda indica que a partir das funções sociais da educação são definidos os objetivos das políticas educacionais da sociedade, tais como a incidência da formação profissional, social e política de seus integrantes no progresso do país; o controle social que os líderes podem exercer sobre as ideias, valores e atitudes que desejam transmitir; a melhoria da qualidade humana dos indivíduos; a democratização da educação sob o



princípio da igualdade de oportunidades; a relação entre interesses individuais e interesses sociais; e a melhoria contínua do sistema geral de educação.

Em seus estudos, o grande sociólogo e filósofo John Dewey (1859–1952) afirmou que a escola deveria ser a promotora do ambiente de integração social até converter-se no centro da sociedade, além de promover a harmonização de tendências em conflito, de larga tolerância inteligente e hospitaleira. “A escola deve ser a casa da confraternização de todas essas influências, coordenando-as, harmonizando-as, consolidando-as para a formação de inteligências claras, tolerantes e compreensivas” (Dewey, 1967, p. 122).

Dewey (1967) considerava que os problemas educacionais deveriam ser tratados a partir de uma perspectiva prática e não teórica, o que permite compreender a preocupação do cientista com a função da escola de promover um novo modo de pensar e viver na sociedade. Assim, a educação é valorizada como a responsável por uma sociedade mais justa e mais humana, considerando que a democracia deve ser vista como modo de vida e como base do desenvolvimento social. Nesse sentido, sinalizou que:

A escola deve assumir a feição de uma comunidade em miniatura, ensinando situações de comunicação de umas a outras pessoas, de cooperação entre elas, e ainda, estar conectada com a vida social em geral, com o trabalho de todas as demais instituições: a família, os centros de recreação e trabalho, as organizações da vida cívica, religiosa, econômica, política (Dewey, 1967, p. 8).

Dewey (1959) considerou, ainda, que as penúrias e as desigualdades sociais se constituíam em impedimentos para o progresso e o desenvolvimento da sociedade americana, diante da nova exigência social proporcionada pela modernização tecnológica (Dewey, 1959), apontando a ampliação das oportunidades escolares como único caminho para acabar com as desigualdades. Porém, considerava que era preciso ver a sociedade a partir de uma nova concepção. Entendeu que a importância da capacidade de ação mental e instrumental que a educação deveria viabilizar para as crianças, de modo que conhecessem



e compreendessem a realidade da sociedade cambiante, na qual a escola tem a tarefa de criar condições para que as crianças socializem, desprendendo-as dos prejuízos ligados ao individualismo da cultura industrial.

As reflexões de Dewey (1970), ganham relevância hoje a partir das novas políticas inclusivas, em que a educação em qualquer de suas formas e níveis assume a tarefa de receber em suas salas de aula alunos com todos os tipos de características e necessidades (Ynerarity *et al.*, 2018) e tem a obrigação de cumprir sua função socializadora. Segundo Reily (2010, p. 126), trata-se “da aprendizagem dos jovens, de valores, normas, comportamentos, atitudes ou aptidões, centrada na cultura social dominante, no contexto político e econômico a que pertence”. Todos os processos de socialização condicionam as novas gerações, as formas de agir.

Como bem foi apontado por Cardoso (2003), a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola regular constitui o maior desafio para os educadores e a sociedade no século XXI, o que cada vez ganha maior debate nas escolas, instituições educacionais e políticas sociais do estado.

## **A deficiência visual e educação inclusiva na escola brasileira**

A deficiência visual é uma condição que afeta diretamente a percepção de imagens, total ou parcialmente. A visão é um sentido global que nos permite identificar à distância e, ao mesmo tempo, objetos já conhecidos ou que nos são apresentados pela primeira vez.

Alunos com deficiência visual descobrem e constroem o mundo por meio de outras sensações muito mais parciais, como cheiros, sabores, sons, toques e talvez imagens segmentadas de objetos. O apoio que recebem na escola e em casa tem uma influência importante nessa construção, pois na medida em que descobrem suas possibilidades e habilidades, estão aptos a desenvolver uma autoimagem positiva, o que é essencial para sua integração escolar e social (Cerqueira; Ferreira, 2000).



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Porém, a deficiência visual pode se apresentar como cegueira total, que consiste na perda total da visão, ou como baixa visão, que é quando os remanescentes visuais ainda estão preservados. O acesso à informação é gerado principalmente por meio da audição e do tato, o que significa que há uma maior necessidade de informações narrativas e descritivas sobre o meio, principalmente apresentações gráficas, imagens ou mesmo textos. (Ventorini,2009).

Os alunos com deficiência visual (sem outras deficiências) conseguem se integrar na sala de aula regular e realizar a maioria das atividades junto com os demais colegas, desde que seja oferecido suporte específico e adequado. Os apoios possíveis incluem materiais próprios para essa finalidade, pessoas e estratégias metodológicas e de intervenção que o professor possa oferecer aos alunos com deficiência visual para que alcancem os objetivos propostos no grupo em que estão integrados. Tais apoios variam de acordo com o tipo de deficiência visual (cegueira ou baixa visão) e o grau de visão do aluno (se vê sombras, luzes, apenas para uma parte de seu campo visual). Como exemplos, é possível mencionar o sistema Braille para aprender a ler e escrever, ou a escrita de letras comuns, mas maiores, ou com marcadores mais grossos; e ao jogar no *playground* e correr com os amigos, é possível que a criança com deficiência visual precise de óculos escuros, viseiras ou a orientação de alguém, ou que faça a atividade em um horário específico do dia, de acordo com a quantidade de iluminação necessária (Ventorini, 2009).

Da mesma forma, os alunos com deficiência visual tendem a ser mais passivos que os demais colegas, porque se sentem inseguros ao caminhar ou se deslocar de um lugar para outro. Para diminuir a insegurança, é conveniente que a escola e a família motivem e incentivem a criança a realizar as atividades e assumir responsabilidades semelhantes às dos demais pares. Nesse sentido, é importante adequar os espaços, para que sejam seguros, e realizar trabalhos preliminares com o aluno, no intuito de que reconheça a área e o espaço por onde se deslocará. Recomenda-se oferecer algumas referências, dicas táteis e visuais para ajudá-lo a navegar pelos espaços, por exemplo: colocar uma fita na parte de trás da cadeira,



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

ou um botão na sua mesa, orientá-lo para que ele reconheça em qual parte do banheiro é a pia, ou colar um grande círculo verde na porta da sala (Cerqueira; Ferreira, 2000).

O sistema Braille é composto por seis pontos em relevo (sinal gerador), cujas combinações produzem todas as letras do alfabeto, além disso, sinais matemáticos e notas musicais também podem ser escritas. Tal sistema é ensinado a alunos cegos ou a crianças cuja visão restante não permite a alfabetização usando caracteres comuns. A distribuição e o tamanho dos pontos foram projetados para a ponta dos dedos e podem ser percebidos pelo cérebro de forma global.

Cerqueira e Ferreira (2000, p. 9) concordam que, por esse motivo,

Talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação de pessoas deficientes. Em visita ao Instituto Benjamin Constant observamos que o trabalho docente desenvolvido pelas professoras das classes da Educação Infantil proporciona aos alunos deficientes visuais uma boa compreensão dos conteúdos curriculares, visto que os materiais didáticos são adaptados às necessidades educacionais dos alunos cegos ou com baixa visão.

A inclusão é, antes de tudo, um fenômeno social, e ainda mais que educacional. Não existe um significado universalmente aceito para o termo, que também é usado para se referir a diferentes situações e finalidades e em diferentes contextos. Uma abordagem adequada a essa diversidade nos parece estar refletida nas contribuições conceituais que estão resumidas a seguir (Ventorini, 2009).

A partir do enfoque na prestação de serviços e apoios, Lipsky e Gartner (1999, p. 763) definem inclusão educacional como sendo:

[...] a provisão de serviços aos alunos, incluindo aqueles com dificuldades, na escola de sua vizinhança, em classes geralmente adequadas apoios e apoios complementares ao aluno e ao professor, necessários para garantir o sucesso do aluno nos aspectos acadêmico, comportamental e social, com o objetivo de



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

preparar o aluno para participar como membro pleno e contribuir com a sociedade no aquele que está imerso.

Com ênfase na participação, Booth e Ainscow (1998, p. 2) conceituam a inclusão educacional como “o processo de aumentar a participação dos alunos no currículo nas comunidades escolares e na cultura, reduzindo a sua exclusão nelas”. Para eles, inclusão e exclusão são dois processos extremos, que dependem um do outro, que não se constituem como situações sociais definitivas, mas, sim, como sendo a natureza sistêmica de um processo que envolve a sociedade em geral e as instituições educacionais, no qual todos os seus elementos estão implicados (Sarrionandía; Mena, 2002).

Segundo Gil (2000, p. 8), a visão é o principal canal para que o indivíduo estabeleça um relacionamento com o mundo exterior, que passa a ser uma espécie de “sistema-guia”, que permite capturar e registrar informações. Sendo assim, é possível inferir como é complexa a aquisição de conhecimentos para as crianças deficientes visuais, uma vez que não possuem “memórias visuais” guardadas no cérebro, o que ocasionalmente dificulta entender certos conceitos como a cor do sol, o azul do céu, o verde da grama e tantas outras definições.

Uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em um único sistema educacional, fornecendo a eles programas educacionais apropriados para estimulá-los e apropriado às suas necessidades e capacidades. Deve ser um lugar a que todos pertençam, em que todos sejam aceitos e apoiados por seus colegas de classe e outros membros da comunidade escolar, para que tenham suas necessidades satisfeitas.

## **Percurso metodológico**

A presente pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, que é um tipo de investigação voltado para os aspectos qualitativos de uma determinada questão. Para tanto, considera a parte subjetiva do problema, que procura “desvelar” os processos sociais



(Minayo, 2010, citado por Fernandez, 2014) que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado.

O método de estudo principal é a análise documental, apoiada em métodos para as investigações teóricas: análise e sínteses, indução e dedução e histórico-lógico. A análise documental se constitui em uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke; André, 1986).

O procedimento utilizado baseia-se na revisão documental de saberes e práticas na educação de pessoas com deficiências visuais e na inclusão educacional da legislação, além de considerar políticas municipais que podem ter alcance em nível de Estado.

## **Resultados e discussão**

A consulta a diversos autores relacionados ao tema saberes e prática na educação de pessoas com deficiências visuais e na inclusão educacional permitiu chegar aos resultados elencados a seguir.

O problema da atenção educacional a alunos com deficiências visuais atraiu, nos últimos anos, a atenção de inúmeros psicólogos, pedagogos e clínicos, e esse interesse é explicado pela importância dessa questão no tratamento da inclusão para a sociedade. Estudos sobre a escola inclusiva apontam para aspectos essenciais dos processos que nela ocorrem (Cerqueira; Ferreira, 2000).

Com efeito, promover um processo de ensino-aprendizagem de qualidade significa exercer uma influência positiva no estilo de aprendizagem dos alunos com deficiências visuais, pois os novos desafios da modernidade colocam os escolares com necessidades educacionais especiais frente à necessidade de saber manejar e utilizar informações



complexas dentro e fora da sala de aula, o que requer maior autonomia na aprendizagem e, portanto, um maior desdobramento de reforços e auxílio por parte do professor.

Uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em um único sistema educacional, sem distinção nenhuma, colocando ao dispor de todos programas educacionais apropriados para serem estimulantes e adequados às necessidades e habilidades de cada um. É um lugar ao qual todos pertencem, em que todos são aceitos e apoiados pelos colegas de sala e outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades sejam atendidas (Arnaiz Sánchez, 1996).

Alunos com baixa visão podem ser ensinados a ler e escrever por meio de caracteres comuns, mas é conveniente descobrir, de acordo com as particularidades de cada caso, o que mais os favorece para ver melhor: tamanho da fonte, iluminação, contrastes (por exemplo, letras azuis em papel amarelo), distância do livro e posição da cabeça e olhos em relação a objetos, pessoas e livros.

Segundo Garcia, Bacarin e Leonardo (2018), em relação à escola inclusiva, expressa que para ser inclusiva, uma escola deve atender às mesmas condições de ser uma ‘boa escola’ e uma boa escola, não é a que tem os alunos mais brilhantes, mas é aquela que oferece a mesma atenção a todos os alunos.

Os aspectos aqui abordados mostram a importância da existência da Sala de Recursos para tornar uma escola inclusiva e sua utilização como estratégia para o ensino de alunos com deficiências visuais, além daqueles que ainda têm como diagnóstico a deficiência em aprendizagem. Nesse sentido, embora a escola assuma a proposta de inclusão, os professores das turmas regulares, em geral, ainda carecem de conhecimento e preparação para o atendimento de alunos com necessidades especiais.

Os elementos até agora abordados nos permitem discutir a diversidade de estudos realizados, a fim de obter uma incorporação ativa de alunos com deficiências visuais nas escolas. No entanto, para o grande número de informações, ainda há orientações insuficientes



para os professores sobre quais são as ferramentas que facilitam a atenção desses alunos, a fim de alcançarem sua inclusão nos diferentes contextos de ação, em particular daqueles com deficiência (Ventorini, 2009).

No entanto, para a introdução de recursos a serem utilizados como estratégia de ensino para pessoas com deficiências visuais, as limitações fundamentais são essencialmente conceituais, uma vez que não foram definidos para a atenção educacional dos alunos no ambiente escolar, nem consideram o uso de ferramentas educacionais com uma abordagem inclusiva (Garcia; Bacarin; Leonardo, 2018). De acordo com os autores, em geral, esses estudos se limitam a relacionar categorias gerais e organizacionais, que, embora sejam verdadeiras, apoiam a pedagogia, carecem de elementos para a direção do ato didático com uma abordagem inclusiva e, conseqüentemente, para o tratamento adequado para alunos com deficiências visuais na escola.

## Considerações finais

Nos estudos já publicados sobre saberes e prática na educação de pessoas com deficiências visuais e educação inclusiva é possível observar que este é um tema que vem sendo amplamente discutido nos últimos anos no Brasil e no mundo todo, uma vez que existem muitos estudos que oferecem conceitos-chave para auxiliar na compreensão do assunto. Embora seja um tema muito discutido, é possível constatar a falta de critérios para envolver todos os membros da sociedade no conceito de inclusão, como pode ser visto que em poucas investigações se fala sobre pessoas com problemas comportamentais, o que mostra uma falta de interpretação.

Na análise efetuada, foi constatada a existência de muitos documentos legislativos que de forma explícita e implícita abordam em seus artigos a educação inclusiva e, de forma geral, tratam sobre ações, diretrizes, regulamentos, estratégias, métodos de trabalho, entre outras



formas de oferecer a garantia do acesso à educação plena de alunos com deficiências visuais e consolidá-lo como direito universal.

## Referências

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física, 2005. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, SP, v. 11, n. 2, p. 223–240, Mai-Ago. 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382005000200005>.

ARNÁIZ SÁNCHEZ, P. Las Escuelas Son Para Todos. **Siglo Cero**, n. 164, p. 25–34, 1996.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **From them to us**. An international study of inclusion on education. London: Routledge. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-special-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-special-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 dez. 2023.

CARDOSO, C. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. **Educação**, n. 49, p. 137–144, 2003.

CDPD. **Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad**. 1996. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, E. de M. **Recursos didáticos na educação especial.** Disponível em: [http://WWW.ibc.gov.br/.../Nossos\\_RBC\\_RevAbr2000\\_ARTIGO3.RTF](http://WWW.ibc.gov.br/.../Nossos_RBC_RevAbr2000_ARTIGO3.RTF). Acesso em: 27 dez. 2023.

CONTRERA, M. El rol social de la escuela: individuo. Barbecho. **Revista de Reflexión Socieducativa**, n. 4, p. 28–32, 2004. Disponível em: <http://www.barbecho.uma.es/>

DocumentosPDF/BARBECHO4/A5B4.pdf. Acesso em: 3 dez. 2023.

DEWEY, J. **Democracia e Educação.** Introdução à filosofia da Educação. São Paulo: Nacional, 1959.

DEWEY, J. **Vida e educação.** 6. ed. Tradução: Anísio Teixeira. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

DEWEY, J. **Liberalismo, liberdade e cultura.** São Paulo: Nacional, EDUSP, 1970.

DÍAZ, T.; ALEMÁN, P. A. La educación como factor de desarrollo. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, n. 23. 2008. Disponível em: <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/149/287>. Acesso em: 3 dez. 2023.

DS. **Declaração de Salamanca.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DUDH. **Declaração universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: [https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=EAIaIQobChM IiojZq9eO7AIVDYiRCh08Ig--EAAYASAAEgI\\_UvD\\_BwE](https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=EAIaIQobChM IiojZq9eO7AIVDYiRCh08Ig--EAAYASAAEgI_UvD_BwE). Acesso em: 10 jan. 2024.

FERNANDES, L. K. Método de Pesquisa Qualitativa: Usos e Possibilidades. **Psicologado**, [S.l.]. (2014). Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades>. Acesso em: 28 dez. 2023.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 22, n. spe, p. 3340, 2018.

GIL, M (org). **Cadernos da TV Escola: Deficiência Visual**. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/praticas-pedagogicas-no-processo-de-ensino-aprendizagem-do-deficiente-visual/26722>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LEMOS, E. R.; CERQUEIRA, J. B. O sistema Braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 23–28, nov. 2014. Disponível em: <https://revista.abc.gov.br/index.php/BC/article/view/676>. Acesso em: 2 jan. 2024.

LIPSKY, D. K.; GARTNER, A. Inclusion, school restructuring and the remaking of American Society. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 4, p 762–795, 1999. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ535200>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MITTLER, P. **Working towards inclusive education: social context**. Londres: David Fulton. 2000.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, SP, v. 8, n. 2, p. 233–244, 2002. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-8-2-7.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

REILY, L. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Série Educação Especial. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

SANTOS, M. A. P.; BROCANELLI, C.R. Marcos legais da Educação Inclusiva no estado de São Paulo. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/337734/simple-search?filterquery=Brocanelli%2C+Cl%C3%A1udio+Roberto&filtername=author&filtertype>equals>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SARRIONANDIA, G. E.; MENA, M. S. Educación inclusiva o educación sin exclusiones. **Revista de Educación**, n. 327, p. 31–48, 2002. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.educacionfpydeportes.gob.es/dam/jcr:7cd26a0f-0950-4b6f-8078-15aa6cd58b35/re3270310520-pdf.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VENTORINI, S. E. **A experiência como fator determinante na representação espacial da pessoa com deficiência visual**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

YNERARITY, O. *et al.* **Proyecto de Investigación Inclusión socioeducativa de personas con necesidades educativas especiales (NEE) en los contextos de escuela, familia y comunidad**. Camagüey, Cuba, 2018.

*Recebido em: 30/03/2024*

*Aprovado em: 15/04/2024*

*Publicado em: 23/04/2024*